

ATA Nº4 /2020

SESSÃO ORDINÁRIA DE

24 / 09 /2020

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações do órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Edifício “Mira Center”, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.º Secretário, com a seguinte Ordem do Dia:-----

----- PONTO UM – Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----PONTO DOIS: Fixação da taxa do IMI, IRS, derrama e direito municipal de passagem a liquidar em 2020, nos termos do n.º 1, n.º 5 e n.º 14 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis - CIMI aprovado pelo Decreto – Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro, conjugado com o artigo 14º e ssº e n.º 1 do artigo 26.º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na atual redação e em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.-----

----- PONTO TRÊS: Fixação da taxa de IMI para prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo - 2020 (IMI famílias), nos termos do artigo 112.º- A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis - CIMI, aprovado em anexo ao Decreto – Lei nº 287/2003 de 12 de novembro, aditado pelo artigo 162º da Lei nº 7-A/2016 de 30 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2016, em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.-----

-----PONTO QUATRO: Autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2020 a 2021, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público para

“Empreitada de reformulação da interseção EN 234 km 1+430 - Rotunda do Matadouro” -----

-----PONTO CINCO: Autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2020 a 2021, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público (JOUE) para fornecimento de eletricidade. -----

-----PONTO SEIS: Autorização, nos termos da alínea j), em articulação com a alínea k) do nº. 1 do artº. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, para celebração de protocolo entre o Município de Mira e a Junta de Freguesia do Seixo, para limpeza da Zona Industrial de Mira e Zona Industrial de Mira – Pólo II e aprovação da respetiva minuta-----

-----PONTO SETE: Emissão de Declaração de Interesse Público Municipal, relativamente ao equipamento - sede da associação “*Grupo Motard Montar para Viver – Terras de Mira*”-----

-----PONTO OITO: Loja de conveniência, restaurante e bar do Parque de Campismo Municipal – isenção do pagamento da renda, correspondente aos meses de março, abril, maio e junho de 2020- Tomada de conhecimento. -----

-----PONTO NOVE: Eleição de um Presidente e um Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Tomada de conhecimento -----

-----PONTO DEZ: Ampliação do Cemitério de Mira – Auto de vistoria/parecer favorável emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do centro – Tomada de conhecimento. -----

----- PRESENÇA DO EXECUTIVO -----

----- Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, e os

Vereadores Sr. Nelson Teixeira Maltez, Dr.^a Dulce Helena Ramos Cainé e a Dra. Madalena Santos. -----

----- **PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA** -----

----- Estiveram presentes nesta Assembleia os Senhores: Dr. Mário Maduro, Prof Nelson Miranda Cadete, Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes, Regina Maria Duarte Serrano, Paulo Jorge Santos Grego, Pedro Nunes, Mário de Jesus Manata, João Luís Santos Pinho, Edite Domingues Custodio, João Pedro Ventura Almeida, Zélia Domingues Morais, André Frederico Monteiro, Manuel Ferreira Inocêncio, Telma Milene Magueta Salvador, João André Reigota Gomes, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Carlos Manuel D. Veríssimo, Vera Lúcia de Jesus Manco, Marta Sofia Cunha e Silva, Maria Clara Simões Clemente, Carlos Jorge dos Santos Nora e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Artur Jorge Ribeiro Fresco, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, Filipe Miguel Rocha Camarinha em substituição do Tiago Daniel Castro da Cruz, dos Carapelhos, Gabriel Miranda de Pinho.-----

----- **HORA DE ABERTURA** -----

----- Os trabalhos tiveram início às dezoito horas e dezanove minutos, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, após saudar todos os presentes, fez uma breve introdução em que alertou para o grave problema que é o Covid 19, salientou comportamentos de risco que tem verificado na via pública e reforçou o papel que cada um de nós deve adotar . Enalteceu o desempenho do Centro de Saúde pela conduta que tem mostrado para evitar a propagação do vírus bem como a dedicação e empenho da Dra Madalena , sempre na linha da frente.-----

-----Passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que, após saudar todos, corroborou o que fora dito pelo senhor Presidente da Assembleia, informando que desde julho não havia conhecimento de novos casos no

Concelho. Endereçou a todas as autoridades locais o envolvimento responsável em todo o processo. De seguida, entregou ao Senhor Presidente da Assembleia a resposta aos requerimentos apresentados pelos representantes das bancadas do MAR e do PS. Seguidamente, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu início ao período de antes da ordem do dia entregando as respostas aos requerimentos aos respetivos deputados. Dirigiu uma palavra de apreço à Câmara e aos funcionários pelo trabalho excelente que fizeram respondendo aos requerimentos em tempo devido. Deu conta do expediente, (livros da Associação de Assembleias Municipais) que os deputados poderiam consultar, não lhe reconhecendo grande utilidade.-----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS:** -----

----- **Ata n.º 2** de 18/06/2020, submetida a votação foi aprovada por maioria. ----

----- **Ata n.º 3** de 15/07/2020, submetida a votação foi aprovada por maioria. ----

----- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

----- **O Presidente da Junta de Praia de Mira, Francisco Reigota** informou que pretendia fazer uma declaração de voto relativamente ao assunto Atas e sua votação. Relembrou as falhas graves e os atrasos bem como o papel fiscalizador que o Executivo deveria ter, em tempo útil. Frisou que se tinham verificado melhorias , mas que este assunto continuava a causar algum mau estar. Esclareceu que não tinha tido oportunidade de enviar correções no tempo acordado, mas que os erros de conteúdo continuavam a ser muito vincados e que lhe era difícil entender como é que estando à disposição os audios das gravações, as intervenções dos deputados continuassem a ser deturpadas ou a estar em falta. Justificou que, assim sendo, votaria contra aquela ata e todas as outras que se seguissem para aprovação.-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu, dando em primeiro lugar, os parabéns aos serviços pois, no momento não haviam atas em atraso. Recordou que a metodologia para aprovação das atas tinha sido combinada com os líderes dos grupos parlamentares e que o executivo se limitou a cumprir o que tinha sido

estipulado.-----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** submeteu a votação a ata de dia 18 de junho de 2020. -----

-----O deputado **André Monteiro** pediu para intervir pedindo ao Senhor Presidente que a ata fosse retirada de votação dado que havia um erro grave na página 13 , em que o segundo parágrafo de 8 linhas era exatamente igual ao parágrafo da página 17 .-----

-----Após verificar o fato, o **Senhor Presidente da Assembleia** lamentou a situação e referiu que, assim sendo, se deveria retomar o sistema anterior em que as atas eram aprovadas na própria Assembleia.-----

-----Interveio o **Sr.André Monteiro** referiu que se tratava apenas de um erro de logística e que a correção tinha sido enviada pelo senhor Américo Páscoa para os serviços.-----

-----Pedi a palavra o deputado **Paulo Grego** que reforçou que era apenas a democracia a funcionar e que não era por uma situação correr mal que todo o processo, que tinha sido longo, iria ser posto em causa porque , efetivamente, tinha melhorado. Tratava-se de um lapso que, de modo algum, inviabilizava a votação. O referido parágrafo copiado seria retirado e, o texto corrigido e enviado pelo senhor Américo Páscoa seria introduzido pois todos os deputados tinham conhecimento da correção. Terminou a sua intervenção dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia manifestando o seu desacordo pois voltar ao processo antigo, certamente mais cómodo, não era a melhor estratégia como estava sobejamente comprovado.-----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** frisou que as atas devem reproduzir a súmula das intervenções, elogiou os funcionários que as tinham elaborado pois as correções enviadas não eram de todo esclarecedoras. Com a concordância de todas as bancadas para serem feitos os ajustes mencionados a ata foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria. -----

----- **PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro) -----

----- O **Sr Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos membros das Juntas de Freguesias para as habituais intervenções. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DAS JUNTAS DE FREGUESIA**-----

----- Interveio o **Sr. Gabriel Pinho Presidente da Junta Freguesia dos Carapelhos** que referiu a ponte do Corticeiro de Baixo/Arneiro como um problema de resolução urgente, as barreiras que continuavam a obstruir a estrada na Presa de Mira e uma caixa grande junto à cabine provocadora de barulho perturbador para os residentes.-----

----- Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Junta da Praia de Mira, Francisco Reigota,** saudando a iniciativa da transmissão direta das Assembleias Municipais pois era, em seu entender, uma forma eficaz de dar conhecimento à comunidade do trabalho realizado. Relativamente à resposta aos requerimentos em tempo devido referido pelo Senhor Presidente da Assembleia, realçou que, ao abrigo da lei, o tempo devido não eram 90 dias como tinha acontecido e que tinha apresentado 5 requerimentos e só tinha sido dada resposta a 4, aguardando-se assim a resposta ao quinto requerimento. Leu, de seguida, um texto do executivo da Junta de Freguesia da Praia de Mira. No referido texto o Senhor Presidente da Junta da Praia de Mira referia, basicamente, o seu descontentamento pelas atitudes para com a sua freguesia, especialmente por dois motivos, sendo um a falta de resposta a algumas das suas solicitações e o outro a realização de iniciativas no seu território sem inclusão e comunicação à Junta.-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira Artur Fresco** que saudou a todos e exprimiu o seu descontentamento em relação à empresa que realiza os trabalhos de asfaltamento, ramais de água e saneamento, entre outros, não pelo seu mau desempenho, mas pelo seu abandono para outros locais, atrasando todos os trabalhos. O outro assunto prende-se com a sua preocupação em relação à transferência de competências pois a Junta de

Freguesia a que presidia tinha assumido algumas e havia falta de respostas.-
Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

-----INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA FREGUESIA): -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** começou por dar resposta ao senhor Gabriel Pinho. Em relação à ponte do Corticeiro de Baixo, informou que a obra já estava a ser adjudicada e que tinha de ser feita antes do inverno.O assunto da caixa junto à cabine já tinha sido reportado à MEO. No que concerne às barreiras de segurança na Presa, teriam de continuar pois o seu objetivo era a segurança rodoviária bem como a de pessoas e bens. Tratava-se de um imóvel particular em perigo de derrocada, tendo a Câmara efetuado todos os procedimentos adequados.A última etapa seria a de agir judicialmente de modo coercivo. -----

----- Relativamente ao Senhor Presidente da Junta da Praia de Mira , o Senhor Presidente da Câmara respondeu que em relação às solicitações não era possível fazê-lo em tempo útil dada a elevada frequência dos pedidos. No que se referia à realização de eventos, pouco ou nada se tinha feito devido ao Covid.

----- Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Mira manifestou o seu desejo em que as obras se desenrolassem no tempo devido e que iam exigindo isso mesmo à empresa. No assunto da transferência de competências, deu conta de uma reunião com a Associação de Municípios em que tinha estado presente e informou que o processo estava a ser moroso e que havia alguns itens que ainda não estavam desbloqueados sendo impossível fazer algo.-----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais -----

-----Tomou a palavra o **Sr. André Monteiro**, que depois das saudações começou por se congratular pelo fato de as atas estarem em formato aberto e estarem atualizadas.Questionou sobre o ponto de situação do caderno de encargos das

refeições, da prometida comissão de acompanhamento na construção da ETAR nas Cochadas se já está constituída quem eram os elementos e que relatórios haviam sido elaborados. Pediu explicações à Senhora Vereadora da Educação sobre um requerimento feito em 2018 pelos encarregados de educação da Escola de Portomar e que pretendia a construção de uma ampliação no exterior de modo a fornecer aos alunos algum espaço coberto durante o tempo chuvoso. Chamou a atenção para as renovações do tapete na estrada Carromeu/Casal que estava a ser feito sem passeios e sem redes pluviais. Finalizou a sua intervenção interrogando sobre as razões de saída do arquiteto da Câmara, da sua substituição ou do possível concurso público.

----- O deputado **André Gomes** tomou a palavra, cumprimentando o Senhor Presidente da Assembleia, todos os presentes bem como os que assistiam à Assembleia através das plataformas digitais. De seguida, elogiou o Senhor Presidente da Assembleia, pelo facto de ter cumprido a promessa feita de proporcionar a transmissão direta das Assembleias Municipais, após insistência do partido socialista. Pegando neste «bom exemplo» do cumprimento da palavra, lembrou o Senhor Presidente da Câmara que estava a poucos dias de completar o seu sétimo mandato e que, tal como em 2014 tinha solicitado aos mirenses a avaliação do seu primeiro ano de mandato, continuaria certamente aberto a essa avaliação. De imediato, questionou-o sobre alguns assuntos que, segundo a sua opinião, não estavam interligados nem pretendiam provar qualquer teoria para além de ajudar a que cada um pudesse formar a sua própria avaliação a este executivo. O primeiro assunto prendia-se com a assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal e a Universidade de Coimbra em 2015, que previa a instalação no edifício da Incubadora, de um Centro de Estudos do mar. O principal objetivo deste grupo de investigadores seria a Arte Xávega entre outros temas. Na cerimónia de assinatura tinham estado entidades ilustres entre as quais o digníssimo Reitor da Universidade, o Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, o Secretário de Estado do mar e o Senhor

Presidente da Câmara teria comunicado que o referido protocolo iria permitir investir na economia do mar e, simultaneamente, atrair empresários, pessoas e investimentos para o concelho. Passados que eram cinco anos, o deputado questionou quais os investimentos e postos de trabalho qualificados que tinham sido criados ao abrigo desta parceria. Prosseguindo na sua intervenção, abordou um assunto referente a 2017 em que o Senhor Presidente da Câmara tinha anunciado à agência Lusa que a Autarquia iria avançar com um concurso público internacional para a construção do empreendimento turístico de construção de um hotel e um campo de golfe. Referiu ainda que, tinham saído notícias em vários meios da comunicação social que Mira teria quatro anos para concretizar o referido empreendimento, sob pena de os terrenos florestais terem de ser de novo devolvidos ao Estado. André Gomes solicitou informação ao Senhor Presidente sobre o ponto da situação e se, de facto, os terrenos seriam devolvidos no final do próximo ano. Sugeriu ainda que este dossier fosse entregue ao novo vereador, Dr. Luís Lavrador, pessoa capacitada e com reconhecimento no âmbito nacional, para levar esta missão a bom porto, aproveitando também para saudar a sua presença. -----

----- O último assunto apresentado pelo deputado relaciona-se com a captação de investimentos e com a criação de empregos qualificados para o concelho. Referiu os casos de jovens Mirense, altamente qualificados, que se viram obrigados a procurar emprego fora do concelho, ao encontrarem em outro concelho, acabam por se fixar nesses locais. Considera que este assunto é um desafio que não se resolve mandando elaborar planos de ação estratégicos, eloquentes estudos feitos por ilustres consultoras nem tão pouco com propostas nos atos eleitorais. -----

----- Frisou que este executivo não possui um plano de desenvolvimento coerente e estruturado pois tanto defende o turismo todo o ano, como defende explorações avícolas intensivas, fazendo uma gestão dos fundos comunitários sem nenhuma ponderação. O senhor deputado terminou a sua intervenção

levantando duas questões. A primeira relacionava-se com o número de empresas que estão instaladas na área de desenvolvimento tecnológico e industrial do Montalvo. A segunda dizia respeito à grande aposta do executivo que era o projeto Lusiaves. Face aos pareceres negativos do referido projeto, quais eram as iniciativas / alternativas de investimento compatíveis com o plano estratégico que o Executivo tinha para o Município. O deputado encerrou sugerindo ao Senhor Presidente que concretizasse dois dos objetivos que tinha proposto no seu plano de ação estratégico 2014-2020. A criação de um grupo de reflexão estratégica “pensar futuro» e a promoção de uma Assembleia Municipal para debater o «estado do Concelho» e fazer uma análise ao orçamento municipal para 2021.-----

-----Tomou a palavra o deputado **João Luís Pinho** que, após as saudações iniciais dirigiu uma palavra de apoio a todos os que têm estado na linha da frente no combate à Covid fazendo da profissão uma missão. De seguida, iniciou a sua intervenção abordando a anunciada construção da ETAR de terceira geração nas Cochadas que, volvido que era um ano nada tinha mudado. Referiu com pesar que os recursos hídricos do nosso concelho continuavam de forma criminosa a receber efluentes perigosos, arriscando-nos e arrastando-nos para uma catástrofe ambiental. Referiu ainda que as potencialidades naturais estavam profundamente degradadas e comprometido tudo o que de excelente o nosso Concelho tinha e que mais não eramos do que uma muleta para os concelhos vizinhos poderem prosperar. Terminou fazendo um apelo a todas as bancadas de modo a que se encontrassem soluções para reverter esta situação.

----- A deputada **Zélia Morais**, iniciou a sua intervenção questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre a reposição do busto do Senhor Visconde. Considerava o atraso uma falta de respeito dado que se tratava de uma figura histórica que tinha doado um grande património a Mira. Sugeriu que se utilizasse o original que esse encontrava junto à capela da Corujeira para uma nova réplica.

Equacionou ainda a ausência de alcatrão nos acessos dentro do Bairro em Carromeu e da necessidade de alcatroar a Rua do Moinho em Ramalheiro. -----

----- O deputado **Hugo Gomes**, deu conta do aumento substancial de atos de delinquência na via pública. Referiu drogas, apreensões, furtos, questionando se o concelho de Mira era um lugar seguro e que medidas tinha tomado o Município, especialmente no consumo de drogas numa faixa etária mais jovem, apesar de não ter o papel fiscalizador.-----

-----O deputado **Pedro Nunes** pediu a palavra para se manifestar contra a cedência de tempo ao deputado do PS, dado que tinham já havido intervenções longas.-----

-----Contudo, o **Senhor Presidente da Assembleia** permitiu que o deputado Sr. Paulo Grego fizesse a sua intervenção. -----

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego**, começou por dar as boas vindas ao novo vereador Luís Lavrador e pediu uma explicação relativamente à saída do Vereador Fernando Madeira dado tratar-se de um assunto demasiado importante e delicado para se deixar passar despercebido numa Assembleia. ---

----- Abordou a Senhora Vereadora da Educação sobre o início do novo ano letivo questionando se possíveis cenários nesta pandemia tinham sido previstos. -----

----- Deu conta da situação de caos na rua que liga a Escola do 2º ciclo à Escola Secundária em horas de entrada /saída e se já havia sido pensada uma alternativa. -----

----- Terminou dando um voto de louvor a todos os que de algum modo tinham contribuído para que a pandemia tivesse tido o menos reflexos possíveis na vida de cada um.-----

----- Interveio a **Senhora Vereadora da Educação Dra. Madalena Santos** tomou a palavra para esclarecer a forma como tinha tido início o ano escolar. Frisou então que dado tratar-se de um ano atípico, tinha havido necessidade de muitos ajustes que apesar de previstos não tinham conseguido colmatar todas as necessidades, atempadamente. Graças aos técnicos e aos Serviços

Camarários as alterações que iam surgindo dia após dia iam sendo resolvidas. Faltavam ainda algumas mesas e cadeiras para conseguir o afastamento necessário nas escolas de Carapelhos, Portomar e Lagoa. Relativamente às entradas na Escola, o Agrupamento estaria a tratar da alteração de horários que permitissem o desfasamento nas entradas e conseqüente melhoria em tempo de chuva. Teria de se arranjar uma alternativa de espaço coberto, em tempo útil, também para assegurar a passagem do cartão que era obrigatório para ter acessos controlados caso houvesse casos a relatar e a controlar.-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** começou por dar a resposta possível relativamente ao Vereador Fernando Madeira ao qual tinha retirado a confiança política por atos praticados e comunicados pelo próprio vereador. Segundo a sua perspectiva bem como do restante executivo tratava-se de atos com gravidade política e ética suficientes para essa resolução. O Presidente informou que tinha comunicado os atos ao Ministério Público e de seguida retirado a confiança política e os pelouros ao Senhor Vereador. O mesmo, por iniciativa própria, tinha decidido renunciar ao mandato. Uma vez que os factos estavam em segredo de justiça, não poderia avançar com mais nenhuma explicação. -----

----- Deu uma nota de boas vindas ao novo Vereador Luís Lavrador informando que o mesmo lhe tinha transmitido que não poderia estar presente na Assembleia por razões de agenda pessoal. Passou a responder ao deputado André Gomes dizendo que aceitaria qualquer para discutir ideias relativas ao Município, mas lembrou que o plano estratégico 2014/2020 onde constavam as linhas orientadoras tinha sido aprovado em Assembleia apenas com um voto contra e que o mesmo tinha servido de base para os dois últimos orçamentos. -

----- Relativamente ao protocolo com a Universidade de Coimbra referiu que o Projeto Centro de Estudos do Mar/ Arte Xávega tinha dado frutos, entre os quais um estudo realizado por três bolseiros, financiado pelo Estado Português e apresentado na União Europeia junto da Comissária das Pescas. Tinha sido em consequência daquele relatório que fora permitido à Pesca de Arte Xávega a

captura de carapau com menos de 12 centímetros. No âmbito deste protocolo, tinha havido também durante três anos a presença de uma empresa com três investigadores para fazer a ligação ao estudo referido. Todos os anos se havia realizado a Universidade de verão em termos de Biologia/ investigação. Tinha sido feita uma candidatura ao E grande (fundos comunitários), fundos esses que contribuem para projetos de carácter científico; uma candidatura para o Património de Arte Xávega, sendo esta em rede com a Figueira da Foz e Tocha, cabendo ao Município de Mira a liderança. O Senhor Presidente referiu que, apesar de não ter havido divulgação o protocolo não tinha sido esquecido. No que concerne aos 37 hectares de floresta para o referido campo de golfe e hotel, os pareceres não tinham sido a favor em virtude da devastação pelo fogo em 2017. Informou que não se tinham perdido os terrenos, tinha-se perdido a afetação para o referido projeto e que era o ICNF que continuava responsável pela ocupação. Abordando a questão relativa à estratégia para captação de investimento, o Senhor Presidente afirmou que o que teria de ser feito era o estudo dos locais para acolher esses investimentos. No Montalvo permanecia uma empresa e estavam a ser preparados dois contratos promessa para a instalação de mais duas. No que à Lusiaves diz respeito, o Senhor Presidente realçou que ainda não estava desbloqueada a desafetação não sendo possível instalar qualquer outro investimento. Informou ainda que tem vindo a fazer pressão em Lisboa, para a instalação de um Parque Fotovoltaico e/ou Energia Eólica nos 80 hectares que poderão ser utilizados. De imediato, passou a responder ao deputado João Luís Pinho, assunto ETAR. Concordou tratar-se de um assunto pertinente e assegurou que tinha vindo a acompanhar o processo, semanalmente. Num primeiro concurso não tinham aparecido concorrentes e o Estado tinha-se visto obrigado a reforçar com dois milhões. Estava agora a decorrer um segundo concurso com apresentação de propostas até dia 6 ou 7 de outubro, sendo, portanto, um processo que se iria arrastar ainda algum tempo. Para tentar minimizar tinham tentado arranjar algumas medidas de mitigação tais

como uma providência cautelar que estava em processo judicial, reuniões com os grupos parlamentares, exceto o BE e o PS (respondeu ao ofício), um pedido de audição com a senhora secretária de Estado que ainda não tinha dado resposta, um pedido para a Comissão Parlamentar do Ambiente, queixas e denúncias dirigidas ao SEPNA sempre que havia conhecimento de qualquer situação irregular bem como uma pressão política sobre as entidades. Respondendo ao deputado André Monteiro relativamente à formação da Comissão de Acompanhamento da construção da ETAR, esta só seria formada quando o concurso público estivesse concluído. Referindo-se ao assunto da Escola de Portomar informou que iria inteirar-se do ponto da situação com a senhora Vereadora da Educação. Informou ainda que o Senhor Arquiteto tinha ido para a Câmara de Cantanhede e que não havia intenção de ocupar o lugar.

----- Passou a responder à senhora deputada Zélia Morais. Relativamente ao busto informou-a que já tinha sido pedido um orçamento que se tinha revelado muito caro e que o assunto estava a ser tratado e no que diz respeito ao alcatroamento dos acessos no Bairro em Carromeu estavam adjudicados e que os atrasos se deviam ao facto já referido pelo Senhor Presidente da Junta de freguesia de Mira, mas que a empresa estava dentro dos prazos de execução. -

----- Finalizou este período dando resposta ao deputado Hugo Gomes, comunicando-lhe que, sempre que têm conhecimento de algum problema relativo a drogas é feita uma comunicação à GNR para que tomem as medidas adequadas. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Art.º 53º do Anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro)** -----

----- **Ponto um: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS** -----

----- Tomou a palavra o deputado **André Monteiro** que solicitou esclarecimentos

em alguns pontos. Em primeiro lugar, reportou-se à página 14 onde se tratava do item responsabilidade civil extracontratual com lugar a indemnizações no valor de 3000 euros; como era recorrente, questionou qual era o problema porque mais valia resolvê-lo do que estar sempre a pagar indemnizações. De seguida, quis saber o porquê do pagamento de 15000 euros na aquisição de serviços externos e assessoria financeira à Câmara, referidos na página 23. Na mesma página e referentes ao Parque de Campismo Municipal a existência de 2 contratos no valor de 12000 e 60000 euros da Empresa RH Portugal. Quais os recursos humanos tinham sido utilizados e durante quanto tempo. Questionou ainda quais tinham sido as receitas do Parque de Campismo em 2019.-----

----- O **Presidente da Junta de Freguesia de Praia de Mira**, iniciou a sua intervenção subscrevendo as palavras de André Monteiro relativas à página 14 e passando à página 15, equacionou sobre a não inclusão do processo de contraordenação relativo aos contadores da água. De seguida manifestou-se contra a não resposta do Senhor Presidente da Câmara sobre o vereador Fernando Madeira por sua iniciativa. Referiu que o Senhor Presidente tinha sido parco nas explicações quer em reunião de Câmara quer em resposta ao deputado Paulo Grego. Frisou que, embora respeitando o sigilo, as explicações deveriam ter sido muito mais profundas pois o ressentimento atual de todos é que há pouca transparência neste assunto. Sugeriu ainda que, caso não houvesse capacidade para dar mais informação, o Senhor Presidente deveria pedir uma inspeção a todos os serviços da Câmara para que, no final, essa inspeção pudesse produzir resultados confiáveis.-----

-----Tomou a palavra o deputado **Carlos Nora**, para referir o estado vergonhoso em que se encontrava o parque de merendas, o parque desportivo e os balneários na Lagoa.-----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** advertiu o deputado que este assunto não fazia parte do relatório que estava a ser analisado.-----

----- Interveio o Sr. **André Gomes** questionou em que consistia o processo contra a Câmara do grupo Lusiaves abordado na página 15 Equacionou ainda a relação entre o processo José Ferreira Lajes e a construção de uma vedação já do conhecimento dos serviços camarários. Quis saber se os 3 processos da GNR (falta de gestão de combustíveis) em que a Câmara era arguida se prendiam com o facto da não realização de limpezas.-----

----- O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos senhores deputados. Começou por dar resposta relativamente ao Parque de Campismo concordando que se tratava de despesas com recursos humanos e que se referiam a um período de verão. No que respeita aos gastos com trabalhos de assessoria ao executivo informou que a empresa FN Way só prestava serviços na área dos Fundos Europeus Comunitários. Como o Senhor Presidente não tinha presentes de memória as receitas do referido Parque em 2019, foi o Dr. João Cupido que informou que tinham sido de 470000 euros. No que concerne ao processo dos contadores, afirmou que iria averiguar a razão de o processo não estar incluído no relatório, mas que o mesmo tinha sido reportado ao Ministério Público. Prossequindo nos esclarecimentos abordou de novo o assunto do vereador Madeira esclarecendo que o processo tinha sido iniciado em período de férias judiciais e que tudo tinha o seu tempo para ser esclarecido. Referiu que não permitiria que se misturassem factos praticados e reconhecidos por um indivíduo, com todo o executivo, que aguardava que o processo fosse distribuído e que daria conhecimento público assim que lhe fosse permitido fazê-lo. Passando ao grupo Lusiaves afirmou que o grupo tinha entendido ter direito a um pedido de indemnização pela não instalação do projeto em Mira no valor de 800.000 euros. A Câmara tinha contestado a ação por considerar que não tinha qualquer fundamento em termos jurídicos e ter sido apresentada com valores inflacionados. Já no que às contraordenações e às limpezas de combustíveis diz respeito, informou que todas tinham sido contestadas. Tratava-se de um assunto que se tinha alastrado

a todo o país, o próprio estado não cumpria, tinha dado ordens e contra ordens, tinha prometido disponibilizar meios e não o tinha feito. Em relação ao assunto da vedação referiu que no momento não tinha informação atualizada e que o processo que o senhor José Ferreira Lajes tinha interposto ao Município se devia à não emissão da licença de utilização e construção, tendo informado da existência de um processo crime por alteração de marcos contra o Senhor José Lajes.-----

----- O **Sr. Francisco Reigota** pediu a palavra para esclarecer o Senhor Presidente da Câmara, afirmando que não tinha lançado qualquer suspeita sobre ele ou o seu executivo, tinha pedido simplesmente transparência no processo, recordando que o Vereador Fernando Madeira não tinha sido um vereador qualquer pois tinha sido o representante do Senhor Presidente durante 7 anos, em inúmeras situações tais como os fundos comunitários, o património Municipal, o turismo, em eventos, na passagem de ano, nas festas de S. Tomé, na Bandeira Azul, entre outros. Concluiu que, no momento, tudo era questionável por falta de conhecimento e que jamais lançaria suspeita sobre o nome do Senhor Presidente. -----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** discordou pois considerava que, na primeira intervenção o Senhor Presidente da Junta da Praia tinha feito uma extensão da responsabilidade dos atos a todo o executivo e encerrou o assunto dando uma nota de que a questão dos contadores não estava contemplada no relatório em apreciação porque o processo tinha sido diretamente reportado pelos Serviços Administrativos. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Tomado conhecimento -----

----- **PONTO DOIS: Fixação da taxa do IMI, IRS, derrama e direito municipal de passagem a liquidar em 2020, nos termos do n.º 1, n.º 5 e n.º 14 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis - CIMI aprovado pelo Decreto – Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro, conjugado com o artigo 14º**

e ssº e n.º 1 do artigo 26.º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na atual redação e em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.-----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto dois da ordem do dia foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO TRÊS: Fixação da taxa de IMI para prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo - 2020 (IMI famílias), nos termos do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis - CIMI, aprovado em anexo ao Decreto – Lei nº 287/2003 de 12 de novembro, aditado pelo artigo 162º da Lei nº 7-A/2016 de 30 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2016, em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.** -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara** explicou que a taxa de IMI era precisamente igual na redução que tinha sido feita para familiares conforme o número de dependentes. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto três da ordem do dia foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO QUATRO: Autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2020 a 2021, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público para “Empreitada de reformulação da interseção EN 234 km 1+430 - Rotunda do Matadouro”** -----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** explicou que tinha sido aberto concurso para a construção da rotunda do matadouro, mas como iria passar para o ano

2021 a Assembleia teria de autorizar a despesa tal como iria acontecer no ponto 11 em relação aos balneários. Tratava-se da repartição da despesa por anos.

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi aprovado por maioria com sete abstenções do PS, e restantes votos a favor do MAR e PSD.

----- **PONTO CINCO: Autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2020 a 2021, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público (JOUE) para fornecimento de eletricidade.** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento de que está a ser preparado um concurso público para juntar todos os contratos de fornecimento de energia elétrica do município envolvendo a concorrência, com o propósito de alcançar vantagens em termos de preço. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto cinco da ordem do dia foi aprovado por maioria com oito abstenções do PS e restantes votos a favor do MAR e do PSD. -----

-----**PONTO SEIS: Autorização, nos termos da alínea j), em articulação com a alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para celebração de protocolo entre o Município de Mira e a Junta de Freguesia do Seixo, para limpeza da Zona Industrial de Mira e Zona Industrial de Mira – Pólo II e aprovação da respetiva minuta** -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto seis da ordem do dia foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO SETE: Emissão de Declaração de Interesse Público Municipal, relativamente ao equipamento - sede da associação “Grupo Motard Montar para Viver – Terras de Mira”** -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara** fez, de forma sucinta, a explicação do ponto 7 da ordem de trabalhos. Informou que a sede do grupo motard tinha ardido nos incêndios de outubro de 2017 e que necessitavam de um terreno para uma nova sede. A Câmara em conjunto com a Junta de Freguesia de Carapelhos tinha finalmente encontrado um espaço no Corticeiro pois era ali que o grupo tinha as suas origens e era o local onde promoviam o seu encontro anual. Como se tratava de declarar o interesse público municipal teria de ser aprovado em assembleia.-----

----- O Deputado **Paulo Grego** pediu a palavra para a importância destas declarações que acabavam por valorizar a força das diferentes associações e exemplificando com o caso da candidatura aprovada do Clube Domus Nostra enaltecendo e agradecendo o papel que tinham tido o Município para esta candidatura. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto sete da ordem do dia foi aprovado por unanimidade. -----

-----**PONTO OITO: Loja de conveniência, restaurante e bar do Parque de Campismo Municipal – isenção do pagamento da renda, correspondente aos meses de março, abril, maio e junho de 2020- Tomada de conhecimento**

----- O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que o ponto 8 se referia à isenção de pagamento de renda dos meses de abril, maio e junho de 2020, referente ao período em que o parque de campismo estivera encerrado e em que não foi possível o funcionamento da loja de conveniência. Analisando o assunto e dado que estavam a verificar que ainda tinham em atraso 5 meses prestes a vencer, o deputado André Monteiro pronunciou-se no sentido de não dever haver, nesta situação, lugar a isenção. O senhor presidente informou que os 5 meses já tinham sido pagos e que só faltava mesmo pagar os últimos. Após 2 minutos de intervalo solicitados pelo PS, verificou-se que este assunto reportava a uma deliberação de 6 de agosto e que se tratava de uma

comunicação, não havendo lugar a votação, mas sim a uma tomada de conhecimento. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Tomado conhecimento -----

-----**PONTO NOVE: Eleição de um Presidente e um Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Tomada de conhecimento** -----

----- Passou-se à abordagem do ponto 9 tendo o Senhor Presidente da Câmara anunciado que iriam decorrer as eleições para o lugar de presidente da CCDR, no dia 13 de outubro entre as 16 e as 20 horas. Referiu que este ato se realizaria em formato de Assembleia Municipal com a participação de todo o colégio eleitoral. Seriam, atempadamente, convocados. A eleição para o vice-presidente seria feita por todos os Presidentes de Câmara e iria decorrer na CIM ou na CCDR. Informou que apoiaria a candidatura da Dra. Isabel Damasceno dado tratar-se de uma pessoa competente, com conhecimento dos dossiers pois trabalhava naqueles serviços há muito tempo. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Tomado conhecimento -----

----- **PONTO DEZ: Ampliação do Cemitério de Mira – Auto de vistoria/parecer favorável emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do centro – Tomada de conhecimento.** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu conta do ponto da situação da ampliação do cemitério de Mira. Informou que a CCDR e a Delegada de Saúde tinham dado parecer favorável para a localização apresentada e que se iria passar ao projeto de execução e detalhe. Esperava na Assembleia de dezembro ter o projeto preparado para aprovação, para ser enviado a concurso público e finalmente dar início à execução das obras. -----

----- O Deputado André Monteiro apresentou 2 perguntas. A primeira se tinha sido estudada para quantos anos daria a ampliação e a segunda se tinha sido

pensada a construção de um crematório.-----

----- O **Sr. Paulo Grego** pediu a palavra para clarificar a sua posição aos colegas da sua bancada dado que fez parte da comissão constituída na assembleia e mostrou algumas dúvidas em relação ao desenrolar do processo.-----

----- O **Senhor Presidente da Câmara** passou então a descrever com clareza todo o processo. Tinha sido feito um esboço com a localização, o qual tinha sido enviado à CCDR. Uma vez que houve concordância deste organismo, terá, agora, de ser feito um projeto de execução com detalhe, com todos os pormenores bem definidos. Elaborado esse projeto, viria à Assembleia para ser discutido e esta decidiria sim ou não à sua execução. Informou também que, o crematório ficaria contemplado ainda que não fosse construído numa primeira fase. Concluiu o assunto respondendo que a ampliação daria, em situação normal, para 50 anos.-----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que o crematório nunca poderia ser construído naquela localização. Alertou para que se certificassem da localização dos outros já existentes, por exemplo o da Figueira da Foz. Manifestou antecipadamente o seu voto contra a construção naquela localização. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Tomado conhecimento -----

----- **PONTO ONZE: EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL – 2.ª FASE - APROVAÇÃO DE PROJETO, PEÇAS DE PROCEDIMENTO E ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO** -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Aprovado por unanimidade -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas

deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

(Nélson Miranda Cadete. Prof.)

|

|